



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA
24ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE CURITIBA - PROJUDI
Mateus Leme, 1142 - 12º ANDAR - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-010 - Fone: (41)3221-9524 - E-mail: ctba-24vj-s@tjpr.jus.br

Autos nº. 0009262-79.2025.8.16.0194

Processo: 0009262-79.2025.8.16.0194
Classe Processual: Recuperação Judicial
Assunto Principal: Concurso de Credores
Valor da Causa: R\$ 4.685.074,51
Autor(s): • CAROBHAUSE ALIMENTOS S.A.
• DEJC ALIMENTOS LTDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
Terceiro(s): • BANCO BRADESCO S.A.
• BRAZILIO BACELLAR, SHIRAI ADVOGADOS

Sequencial: 58

Vistos para decisão.

1. **Ciente** dos laudos complementares de constatação prévia (mov. 40.2 e 51.2), bem como dos documentos apresentados pelas requerentes (mov. 44.2/44.3).
2. **Ciente** do pedido de habilitação do BANCO BRADESCO S.A. (mov. 46.1), atendido ao mov. 49.
3. **Habilite-se** o ITAÚ UNIBANCO S.A. como terceiro interessado para fins de acompanhamento processual (mov. 28.1), conforme determinado ao mov. 36.1.
4. Trata-se de pedido de recuperação judicial c/c pedidos liminares formulado por CAROBHAUSE ALIMENTOS S.A. e DEJC ALIMENTOS LTDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Alegam as requerentes, em breve suma, que são parte de um grupo econômico com forte atuação no setor alimentício, com quase 20 anos de história e consolidadas como uma das líderes especializadas na exploração da alfarroba e seus derivados, produzindo e comercializando alimentos sustentáveis e saudáveis. Dizem que desde o início têm se destacado pela inovação, pelo compromisso com a preservação ambiental e pela qualidade de seus produtos, bem como têm impactado positivamente a sociedade, criando empregos, fomentando a economia local e apoiando práticas sustentáveis. Apontam que contam com um quadro de aproximadamente 11 colaboradores diretos, além de impactar positivamente a vida de centenas de trabalhadores indiretos na cadeia de fornecimento e de distribuição. Narram que a CAROBHAUSE ALIMENTOS S.A. possui capital social subscrito e integralizado de R\$ 8.177.664,72 (oito milhões, cento e setenta e sete mil e seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos), dividido em 12.000.000 (doze milhões) ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, bem como que a DEJC ALIMENTOS LTDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO possui capital social de R\$ 62.350,00, (sessenta e dois mil, trezentos e cinquenta reais), sendo única sócia a Sra. Eloisa Helena Orlandi Giunti Oliveira. Alegam que em razão de uma série de adversidades econômicas e da instabilidade no setor alimentício vem enfrentando severa crise financeira, que afetou o equilíbrio das suas finanças, porém, referida crise é momentânea e totalmente superável, notadamente porque o mercado de alimentos saudáveis e sustentáveis está em expansão contínua e as requerentes, com a concessão da presente recuperação judicial, têm plena capacidade de se reestruturar financeiramente, reduzir custos e fortalecer sua posição no mercado. Argumentam que do resultado dos exercícios dos anos de 2024 e 2025, é possível observar que houve redução significativa no prejuízo, sendo que os números demonstram que as empresas estão em uma ascendente rumo à retomada de suas estabilidades financeiras, contudo, o passivo acumulado nos três últimos anos de crise, resultou no

estrangulamento do caixa, impossibilitando a manutenção das contas em dia. Nestas condições, aduzem que a recuperação judicial é a única via capaz de proporcionar a reestruturação necessária das empresas, permitindo a superação da crise econômico-financeira momentânea, a preservação de sua atividade empresarial, a proteção dos interesses dos credores e a manutenção da função social da empresa, com o estímulo à atividade econômica e à geração de empregos. Sustentam que, conforme demonstrado no fluxo de caixa projetado, enfrentam uma pressão financeira severa, mas ainda mantém a viabilidade operacional, como se evidencia no resultado financeiro positivo projetado, o que demonstra que a verdadeira causa da crise da empresa reside nos compromissos bancários e, uma vez que essas dívidas sejam renegociadas e equacionadas, as empresas serão capazes de retomar sua viabilidade econômica e sua trajetória de crescimento. Argumentam que preenchem os requisitos do artigo 48 da LRF para o deferimento da recuperação judicial, que o pedido foi instruído com todos os documentos necessários, garantindo a adequação formal do requerimento e a transparência de todas as informações pertinentes à análise do pedido, nos termos do artigo 51 da Lei nº 11.101/05, bem como que cumprem com regularidade as obrigações trabalhistas e fiscais. Indicam que o passivo total existente em nome das requerentes perfaz a quantia de R\$ 8.210.327,28 (oito milhões, duzentos e dez mil, trezentos e vinte e sete reais e vinte e oito centavos), porém do referido valor R\$ 3.525.252,77 (três milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta e dois reais e setenta e sete centavos) são referentes a impostos e contribuições federais, estaduais e municipais, que não se sujeitam ao regime recuperacional. Por tais razões, requerem, dentre outros pedidos inerentes à LRF: a) a concessão de tutela de urgência, a fim de que seja determinada a suspensão de todas as execuções em curso contra as requerentes, a interrupção imediata de novas ordens de bloqueios judiciais, e daquelas já em curso, especialmente através do sistema Sisbajud, a suspensão de inscrições negativas em cadastros de inadimplentes, bem como a suspensão da eficácia de cláusulas contratuais que preveem o ajuizamento de recuperação judicial como causa para a rescisão contratual, até ulterior deliberação deste Juízo; b) o deferimento do processamento e a concessão da recuperação judicial; c) a confidencialidade da relação de bens pessoais dos sócios das requerentes, bem como os dados relativos aos seus funcionários e extratos bancários, a fim de proteger informações sensíveis que não comprometam o processo, mas que são imprescindíveis para a regular instrução do pedido. Juntaram documentos (mov. 1.1/1.86).

Na decisão liminar proferida ao mov. 18.1 foi: a) determinada a emenda da inicial para apresentação de documentos pelas requerentes, para fins de cumprimento das exigências do artigo 51 da Lei nº 11.101/2005; b) determinada a realização de constatação prévia, na forma do artigo 51-A da LRF e da Recomendação nº 112/2021 do Conselho Nacional de Justiça; c) indeferido o processamento do feito em segredo de justiça, mas autorizada a restrição de visibilidade da relação dos salários dos empregados das requerentes (mov. 1.14), da relação de bens pessoais dos sócios (mov. 1.65 e 1.76) e dos extratos bancários (mov. 1.27/1.29 e 1.52); e d) indeferido o pedido de tutela antecipada formulado pelas requerentes.

As requerentes, então, apresentaram emenda à inicial com a juntada de documentos (mov. 23.1/23.21).

A empresa BRASILIO BACELLAR, SHIRAI ADVOGADOS apresentou laudo de constatação prévia, no qual, em resumo: a) confirmou o efetivo funcionamento das empresas requerentes, bem como suas reais condições de funcionamento; b) apontou que, do ponto de vista formal, os requisitos autorizadores da consolidação processual e substancial, previstos nos arts. 69-G e 69-J da LRF foram devidamente preenchidos; c) aduziu que os requisitos estabelecidos pelo art. 48 e 51 da LRF foram parcialmente cumpridos, conforme apontado nos itens 7 e 8 do laudo; e, por fim, d) opinou pela intimação das requerentes para apresentação dos documentos faltantes para fins de complementação e conclusão do laudo de constatação prévia (mov. 25.1/25.2).

Intimadas, as requerentes apresentaram a documentação complementar solicitada pela empresa BRASILIO BACELLAR, SHIRAI ADVOGADOS (mov. 29.1/29.7 e 34.1/34.7).

Em seguida, a empresa BRASILIO BACELLAR, SHIRAI ADVOGADOS apresentou laudo de constatação prévia complementar, aventando que os requisitos do artigo 51 da LRF ainda estavam parcialmente cumpridos, conforme indicado no item 2 do laudo. Não obstante, asseverou que a não apresentação de

todos os extratos bancários e a ausência da relação de bens integrantes do ativo não circulante — até a apresentação do laudo de avaliação juntamente com o Plano de Recuperação Judicial, conforme informado no mov. 29.1 — não tem o condão de obstar o deferimento do processamento da Recuperação Judicial pretendida. De outro lado, apontou que as Demonstrações do Resultado do Exercício levantadas especialmente para instruir o pedido (art. 51, II da LRF) são indispensáveis para o prosseguimento do feito, não sendo possível, o deferimento do pedido formulado na inicial sem a apresentação das mesmas, razão pela qual, requereu nova intimação das requerentes para a apresentação dos referidos documentos para fins de conclusão do laudo de constatação prévia (mov. 40.1/40.2).

Ao mov. 44.1/44.3 as requerentes apresentaram as Demonstrações do Resultado do Exercício.

Por fim, a empresa BRASILIO BACELLAR, SHIRAI ADVOGADOS apresentou laudo final de constatação prévia, concluindo que os requisitos estabelecidos no artigo 51 da LRF foram parcialmente cumpridos, conforme apontado no item 2 do laudo, no entanto, reforçou que, ao seu ver, a não apresentação de todos os extratos bancários e a ausência da relação de bens integrantes do ativo não circulante da requerente DEJC ALIMENTOS LTDA — até a apresentação do laudo de avaliação juntamente com o Plano de Recuperação Judicial, conforme informado no mov. 29.1 — não tem o condão de obstar o deferimento do processamento da Recuperação Judicial pretendida. Por tais razões, diante dos documentos apresentados, opinou pelo deferimento do processamento da recuperação judicial (mov. 51.1/51.2).

É o relatório. **DECIDO.**

I. Do processamento do pedido de recuperação judicial

5. No laudo de constatação prévia, concluiu a empresa BRASILIO BACELLAR, SHIRAI ADVOGADOS que não foram apresentados, por ambas as requerentes, os extratos bancários de todas as instituições financeiras que constam relacionadas no balanço de maio/2025, estando pendentes, portanto, os extratos do BANCO ITAÚ S.A. e do BANCO DO BRASIL S.A. em relação à requerente DEJC ALIMENTOS LTDA e do BANCO ITAÚ S.A. e SANTANDER S.A. tocante à requerente CAROBHAUSE ALIMENTOS S.A. Outrossim, apontou o *expert* que também não foi apresentada a relação de bens integrantes do ativo não circulante (art. 51, XI da LRF) da requerente DEJC ALIMENTOS LTDA, que justificou a pendência aventando que atualmente a individualização detalhada de bens e direitos do ativo não circulante não é controlada pela contabilidade nos termos exigidos, contudo, o levantamento completo e preciso será integralmente realizado e demonstrado no laudo de avaliação dos bens, documento essencial que será oportunamente apresentado em anexo ao Plano de Recuperação Judicial (mov. 29.1).

Pois bem. Diante das justificativas apresentadas pelas requerentes e da manifestação da empresa BRASILIO BACELLAR, SHIRAI ADVOGADOS, entendo que, de fato, a falta dos referidos documentos não é suficiente, por si só, para obstar o deferimento do processamento da recuperação judicial, que não se confunde com o deferimento da recuperação judicial, ressalte-se. **No entanto, destaco que os extratos bancários e a relação de bens integrantes do ativo não circulante da requerente DEJC ALIMENTOS LTDA deverão ser, obrigatoriamente, apresentadas no laudo de avaliação de bens, juntamente com o Plano de Recuperação Judicial.**

Atentem-se as requerentes e o Administrador Judicial para o cumprimento desta determinação.

5.1 Superada tal questão e estando em termo as demais documentações (artigo 48 e 51 da LRF), **defiro o processamento da recuperação judicial** das requerentes CAROBHAUSE ALIMENTOS S.A. e DEJC ALIMENTOS LTDA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, em consolidação processual e substancial, nos termos dos artigos 69-G e 69-J da LRF.

Por consequência, passo a aplicar o artigo 52 da Lei nº 11.101/05.

I.1. Da nomeação da Administradora Judicial - artigo 52, inciso I, da LRF:

6. Nomeio como Administradora Judicial a pessoa jurídica **BRASILIO BACELLAR, SHIRAI ADVOGADOS**, na pessoa de seu representante, RODRIGO SHIRAI.

6.1 Determino que o Administrador Judicial, nos termos do artigo 33 da Lei nº 11.101/05, **assine, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da intimação**, o termo de compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções do cargo, assumindo integralmente os deveres e responsabilidades a ele inerentes. O termo poderá ser firmado eletronicamente.

6.2 Nos termos da Recomendação nº 141/2023 do Conselho Nacional de Justiça, **determino que, no prazo de 05 (cinco) dias, o Administrador Judicial apresente orçamento detalhado do trabalho a ser executado**, especificando o número de profissionais que comporão a equipe, a remuneração individual de cada integrante, bem como a estimativa de tempo e volume de atividades a serem desenvolvidas *in casu*, **incluindo-se a constatação prévia realizada**.

6.3 Com a juntada da proposta orçamentária, **publique-se no Diário da Justiça Eletrônico o valor pretendido pelo Administrador Judicial a título de honorários/remuneração**, abrindo-se prazo comum de 05 (cinco) dias para manifestação das devedoras, dos credores e do Ministério Público. Em seguida, voltem conclusos para apreciação e fixação da remuneração.

I.2. Das demais providências da LRF:

7. Determino que, em todos os atos, contratos e documentos firmados pelas devedoras, enquanto submetidas ao regime de recuperação judicial, seja obrigatoriamente acrescida, após a denominação empresarial, a expressão “em Recuperação Judicial”, nos termos do artigo 69 da Lei nº 11.101/05.

7.1 Promova a Escrivania a atualização do polo ativo no registro processual, fazendo constar a mencionada expressão, com as comunicações necessárias, inclusive junto ao Distribuidor e à Secretaria de Tecnologia da Informação - SETI do egrégio TJPR para fins de anotação no cadastro do sistema Projudi.

7.2 Oficie-se ao Registro Público de Empresas e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil para anotação da recuperação judicial nos registros correspondentes.

8. Na forma do artigo 52, inciso II, da LRF, **determino a dispensa da apresentação de certidões negativas para que as devedoras exerçam suas atividades**, observado o disposto no §3º do artigo 195 da Constituição Federal e no artigo 69 da LRF.

9. Ordeno a suspensão de todas as ações ou execuções contra as devedoras por 180 (cento e oitenta) dias corridos, na forma do artigo 6º da LRF, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §1º, §2º e 7º-A e §7º-B do artigo 6º e as relativas a créditos excetuados na forma dos §3º e §4º do artigo 49, todos da Lei nº 11.101/05.

10. Nos termos do artigo 52, §3º, da LRF **cabe às devedoras promoverem comunicação do stay period aos juízos competentes**.

11. Na forma do artigo 52, inciso III, da LRF, **determino às devedoras a apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial**, sob pena das consequências previstas em lei.

12. Determino a intimação eletrônica do Ministério Público e das Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados, Distrito Federal e Municípios em que as devedoras tiverem estabelecimento, a fim de que tomem conhecimento da recuperação judicial e informem eventuais créditos perante as devedoras,



para divulgação aos demais interessados. **Intimem-se o Administrador Judicial e as devedoras para auxiliarem o cartório no cumprimento desta medida.**

13. Intime-se o Administrador Judicial para elaborar a minuta do edital previsto no §1º do artigo 52 da Lei nº 11.101/05, **no prazo de 05 (cinco) dias**, cabendo às devedoras arcarem com as expensas dos atos necessários para sua publicação, observando-se os seguintes requisitos legais:

"Art. 52, §1º O juiz ordenará a expedição de edital, para publicação no órgão oficial, que conterá:

I – o resumo do pedido do devedor e da decisão que defere o processamento da recuperação judicial;

II – a relação nominal de credores, em que se discrimine o valor atualizado e a classificação de cada crédito;

III – a advertência acerca dos prazos para habilitação dos créditos, na forma do art. 7º, §1º, desta Lei, e para que os credores apresentem objeção ao plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor nos termos do art. 55 desta Lei".

I.3. Do cronograma legal da tramitação da recuperação judicial:

14. Advirto as devedoras quanto à observância do previsto no artigo 53 da LRF: **"O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias corridos da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial"**. Atendem-se que o não cumprimento do referido prazo poderá ensejar a convolação do pedido em falência, nos termos do artigo 73, inciso III, da Lei nº 11.101/05.

15. Três considerações importantes para o regular prosseguimento do feito: **a)** a demonstração de viabilidade econômica deverá atender ao disposto no artigo 53, inciso II, da LRF, mediante fundamentação objetiva, técnica e quantificável, abrangendo a totalidade do universo de credores das recuperandas, sejam concursais ou extraconcursais; **b)** quanto à elaboração do laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos, exigido pelo inciso III: eventuais impropriedades, omissões relevantes, falseamentos ou condutas dolosas poderão ensejar a responsabilização pessoal dos subscritores; **c)** os dados a serem fornecidos no laudo para fins de cumprimento do artigo 53, inciso III, da Lei nº 11.101/05 compreendem, dentre outros elementos, o fluxo de caixa projetado, o EBITDA, a capacidade de pagamento, o ativo, o passivo e o balanço patrimonial das empresas recuperandas.

16. As restrições e limitações previstas em lei devem ser rigorosamente observadas na elaboração do plano de recuperação judicial a ser apresentado como forma de resguardar a ordem pública e assegurar a integridade do regime jurídico aplicável. A inobservância desses limites compromete não apenas a higidez formal e material do plano, mas poderá ensejar o indeferimento de sua homologação pelo Juízo.

17. A contar do termo de nomeação, **o Administrador Judicial deverá observar, rigorosamente, o previsto no artigo 22**, iniciando pelo envio de correspondência a todos os credores, cujo custeio será feito pelas devedoras (artigo 22, inciso I, alínea "a", da LRF). Além disso, **caberá ao Administrador Judicial** o fiel cumprimento das demais funções previstas no artigo 22, inciso II:

a) fiscalizar as atividades das devedoras e o cumprimento do plano de recuperação judicial;

b) apresentar ao juiz, para juntada aos autos, relatório mensal das atividades das devedoras, fiscalizando a veracidade e a conformidade das informações prestadas;



c) assegurar que devedoras e credores não adotem expedientes dilatórios, inúteis ou, em geral, prejudiciais ao regular andamento das negociações;

d) assegurar que as negociações realizadas entre devedoras e credores sejam regidas pelos termos convencionados entre os interessados ou, na falta de acordo, pelas regras propostas pelo administrador judicial e homologadas pelo juiz, observado o princípio da boa-fé para solução construtiva de consensos, que acarretem maior efetividade econômico-financeira e proveito social para os agentes econômicos envolvidos;

e) apresentar, para juntada aos autos, e publicar no endereço eletrônico específico relatório mensal das atividades do devedor e relatório sobre o plano de recuperação judicial, **no prazo de até 15 (quinze) dias contado da apresentação do plano**, fiscalizando a veracidade e a conformidade das informações prestadas pelo devedor, além de informar eventual ocorrência as condutas previstas no artigo 64 da Lei nº 11.101/2005;

f) providenciar, **no prazo máximo de 15 (quinze) dias**, as respostas aos ofícios e às solicitações enviadas por outros juízos e órgãos públicos, sem necessidade de prévia deliberação do juízo;

18. Desde já, advirto aos credores interessados que nenhuma habilitação ou impugnação de crédito será admitida nestes autos principais, devendo eventuais pedidos de habilitação de crédito e/ou impugnações serem distribuídas incidentalmente, observando-se os ritos previstos nos artigos 7º a 20 da LRF.

18.1 Observe a Escrivania, neste ponto, o item 5.1 da decisão proferida ao mov. 36.1.

19. Ficam cientes as recuperandas de que devem obter as certidões negativas de débito tributário, para fins do artigo 57 da Lei nº 11.101/05, seja mediante pagamento, parcelamento ou qualquer outro meio idôneo reconhecido em direito, visto que, conforme IRDR nº 35637-30.2019.8.16.0000, julgado pela 7ª Seção Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, **é obrigatória a apresentação de certidões negativas de débitos fiscais ou certidões positivas com efeitos de negativa para homologação do plano aprovado em AGC e concessão da recuperação judicial**. Neste contexto, a postura proativa, voltada à efetiva regularização da situação fiscal, é determinante para o êxito do processo recuperacional e para a demonstração de boa-fé objetiva na condução do plano de recuperação judicial.

20. Nos termos do artigo 22, inciso I, alíneas “k” e “l”, da LRF, recomenda-se ao Administrador Judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, que informe a criação de uma plataforma virtual dedicada a recuperação judicial e as informações atualizadas do processo. O site deverá conter decisões, editais, avisos, lista de credores e demais documentos relevantes, assegurando transparência e amplo acesso aos interessados. A plataforma deverá, ainda, disponibilizar endereço eletrônico específico para o recebimento de habilitações e apresentação de divergências em âmbito administrativo, com modelos padronizados para orientação dos credores. Tal estrutura viabiliza o cumprimento adequado da fase de verificação de créditos, conforme previsto no artigo 7º, §1º e §2º da Lei nº 11.101/05.

21. O prazo de 15 (quinze) dias para que os credores apresentem habilitações e divergências administrativas terá início com a publicação do edital previsto no §1º do artigo 52 da LRF, incumbindo ao Administrador Judicial acompanhar e controlar sua regular tramitação. Concluída essa etapa, **deverá o Administrador Judicial publicar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias**, edital contendo a relação de credores. Observe-se, no que couber, a Recomendação nº 72/2020 do CNJ.



22. O primeiro relatório mensal das atividades das devedoras deverá ser protocolado **no prazo de 30 (trinta) dias**, competindo ao Administrador Judicial fiscalizar a veracidade e a conformidade das informações prestadas, nos termos do artigo 22, inciso II, alíneas “c” e “h”, da Lei nº 11.101/05. Observe-se, no que couber, a Recomendação nº 72/2020 do CNJ.

RESUMO PARA A SECRETARIA: (a) **intimem-se as devedoras para, em especial, observarem os itens 5, 7, 10, 11, 12, 14, 15, 16 e 19**, inclusive no que tange os prazos estipulados; (b) **intime-se o Administrador Judicial, em especial e sem prejuízo das demais determinações contidas nesta decisão, para cumprimento dos itens 5, 6.1, 6.2, 12, 13, 17, 20, 21 e 22**, devendo incluir os dados necessários para que os credores exerçam, administrativamente, as habilitações e divergências previstas no artigo 7º, §1º da LRF; (c) **cumpram-se os itens 3, 6.3, 7, 7.1, 7.2, 12, 13 e 18.1 supra**.

23. Intimações e diligências necessárias.

Curitiba, data e hora da assinatura digital.

Renata Ribeiro Bau

Juíza de Direito

AM-52

